

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Patricia Flavia Mota

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – E-mail: patriciamotauerjffp@hotmail.com

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – E-mail: arthuruerjffp@gmail.com

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Castelo Branco – E-mail: pedagogomarcio@gmail.com

Introdução

Em 2017 foi realizada uma parceria entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Fundação Municipal de Educação (FME), da Prefeitura de Niterói/RJ resultando no curso de capacitação a distância Projeto Político Pedagógico: desafios e possibilidades, do Projeto de Extensão Fora da Sala de Aula, UERJ/FFP.

O curso foi estruturado da seguinte maneira:

Material Pedagógico	Avaliação
<p>1. <u>Artigo:</u> Participação, poder e escola democrática (GANDIN, 2012)</p>	<p><u>Google Drive:</u> Apresentação individual e da realidade escolar em que se está inserido.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Nome completo, formação e local em que atua enquanto pedagogo? Tempo de atuação e características da escola em que está lotado. 2- Qual a importância da democratização nas relações dentro do cotidiano escolar para a construção do Projeto Político-Pedagógico? <p><u>Plataforma: wordpress</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Quando você escuta falar em “Planejamento”, qual é a primeira coisa que você pensa? 2- Na sua Unidade Escolar, como ocorrem as discussões sobre Planejamento e qual a importância delas para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade?
<p>2.</p>	<p><u>Google Drive:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Pesquisar a história do bairro em que a escola se encontra inserida e apresentar um pequeno resumo. 2- Analisar o PPP de sua Unidade Escolar e sinalizar os aportes teóricos que o fundamentam. 3- Reflexão sobre: Para quê escola? Como se faz a escola? Quem faz a escola? <p><u>Plataforma: wordpress</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Realizar inferências sobre a imagem apresentada pelos tutores na plataforma whatsapp. Tecer contribuições no que diz respeito à participação dos diferentes sujeitos na elaboração do PPP.

3.	<u>Artigo:</u> O diagnóstico (GANDIN, 2005, p. 31 a 37)	<u>Google Drive:</u> 1- Descrever a real necessidade da Unidade Escolar na qual atua como pedagogo. <u>Plataforma: wordpress</u> 1- Como você diferencia Projeto Pedagógico de Projeto Político-Pedagógico?
4.	<u>Artigo:</u> Programação (GANDIN, 2005, p. 39 a 48)	<u>Google Drive:</u> 1- Conforme levantamento oportunizado, na aula anterior, elaborar uma proposta de projeto pedagógico enquanto intervenção educativa. <u>Plataforma: wordpress</u> 1- Discorrer sobre como Vítor Paro apresenta a discussão acerca da convivência entre os sujeitos no vídeo proposto. 2- Explicar como o referido autor aborda a questão da escola autoritária e da escola democrática?
5.	<u>Artigo:</u> Pedagogia da Convivência (JARES, 2008)	<u>Google Drive:</u> 1- Apresentar como seria abordada a questão da convivência entre os sujeitos dentro do Projeto Político-Pedagógico. <u>Plataforma: wordpress</u> 1- Relatar uma prática educativa desenvolvida em sua Unidade Escolar que abarque a construção de novas pedagogias de forma a contemplar a diversidade existente em nossa sociedade. 2- Descrever qual o objetivo da Unidade Escolar de cada um dos participantes (Imagem).
6.	<u>Texto:</u> Avaliação classificatória e excludente e a inversão fetichizada da função social da escola. (VASCONCELLOS, 2014).	<u>Plataforma: wordpress</u> 1- Quais os instrumentos de avaliação utilizados em sua escola? 2- Os alunos e os responsáveis sabem quais são os critérios utilizados nas avaliações que ocorrem no decorrer do ano escolar? 3- Os instrumentos de avaliação utilizados em sua escola dialogam com avaliações externas (Programa avaliar para conhecer, Provinha Brasil, Prova Brasil)?

É importante destacar ainda, alguns documentos utilizados neste estudo: 1- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015); 2- na sequência, trazemos as considerações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996); e, logo após, 3- apresentamos as metas do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) que abordam, especificamente, a questão da formação de professores.

Form(ação)

O Art. 1º da LDB pontua que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, Art. 1º). Neste sentido,

percebemos que os diálogos tecidos com o grupo de pedagogos possibilitam ter este olhar para os processos formativos. Elaborar o PPP de uma escola tem relação com criação de identidade, com convivência e planos para o futuro.

Uma das cursistas traz esta reflexão:

PVenho percebendo o quanto que os estereótipos acabam por formatar práticas educativas diferenciadas dependendo do contexto em que estejamos inseridos. Muitos educadores, nas escolas públicas, produzem um trabalho diferenciado por conta de um 'contexto' de pobreza, exclusão, carências e demais construções.

No bojo desta discussão, qual o projeto de sociedade que se quer? Emancipador ou reprodutor das desigualdades sociais? Assim, questionamos os processos formativos de professores que estão voltados para uma formação menor para as camadas empobrecidas da população. A formação inicial e continuada precisa contribuir para o surgimento de profissionais que se comprometam com uma educação de qualidade.

A partir do PPP, configura-se, então, a possibilidade de uma educação de qualidade, de gestão democrática e de avaliação da instituição em si. Essa visão possibilita compreender que a formação dos profissionais de educação pode influenciar sobremaneira todo o processo educativo, uma vez que eles estão envolvidos em todo o processo de elaboração e implementação do projeto. O artigo 13 avança nesta questão:

Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares. (BRASIL, 2015, Art. 13º)

Numa perspectiva de docência ampliada, em que professores e pedagogos podem atuar em contextos não-escolares, vemos, mais uma vez, a importância da formação que contemple este e outros movimentos necessários ao magistério, como sinalizam também, as metas 15, 16 e 17 do Plano Nacional de Educação.

Considerações Finais

Este estudo nos direciona para a compreensão da necessidade de uma ampliação no próprio conceito de docência uma vez que os educadores, inseridos em outros espaços educativos, carecem de uma formação específica que

os direcionem, para além do desenvolvimento cognitivo e da instrução formativa, contribuir para a formação humana mais completa dos sujeitos – educação integral.

De acordo com Cabral (2012) vimos observando que docência ampliada se refere a uma tarefa bastante complexa, uma vez que:

No currículo, os princípios e os eixos para uma formação mais flexível, interdisciplinar que melhor relacione a teoria à prática para efetivação do trabalho pedagógico para além dos muros escolares, não é tarefa muito simples, quando temos um território demarcado por posições muitas vezes conflitantes, com territórios fortemente demarcados (p. 33, grifos nossos).

É necessário pensar em que medida a formação dos profissionais da educação vem contribuindo para a formação mais completa dos sujeitos estudantes, tendo em vista que o professor não é o único responsável por este movimento. Discutir o papel do professor é fundamental, no entanto, como anda a discussão sobre a profunda desvalorização do professor, o sucateamento da educação pública e das políticas voltadas para as camadas empobrecidas da população?

REFERÊNCIAS

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. Participação, poder e escola democrática. In.: FETZNER, Andréa Rosana; MENEZES, Janaína Specht da Silva. (Org.). **A quem interessa a democratização da escola?: reflexões sobre a formação de gestores**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

JARES, Xesús. **Pedagogia da Convivência**. São Paulo: Palas Athenas, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF- 23 de dez. 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE 2/2015 do Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 de julho de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP 1/2006 do Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de maio de 2006.

VASCONCELLOS, Celso. Avaliação classificatória e excludente e a inversão fetichizada da função social da escola. In: FERNANDES, Claudia (Org.). **Avaliação das aprendizagens: sua relação com o papel social da escola**. São Paulo: Cortez, 2014. BRANDÃO, C. Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Abril Cultura: Brasiliense, 1985.